

# INTERROGAÇÕES SOBRE O DESTINO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Bianca Antunes  
Jornalista

*A escola é pouco freqüentada pelos brasileiros, da educação infantil ao ensino superior. Apenas 57,6% das crianças de quatro a seis anos estão na pré-escola. Só 32% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Nas escolas superiores estão matriculados apenas 11% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos, contra 42% na Argentina, 31% no Chile e 24% na Bolívia*

“**A** educação é o lugar onde se joga a capacidade de uma sociedade autolibertar-se. É o lugar da produção da liberdade. É onde se produz seres capazes de interrogar seu destino”, definiu Francisco de Oliveira, professor aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), na conferência de abertura do IV Congresso Nacional de Educação (Coned), em abril de 2002. Se adotarmos a sua definição, chegaremos à conclusão de que o Brasil está longe, muito longe, de se autolibertar.

Os números comprovam que a escola é lugar pouco freqüentado pelos brasileiros — seja aos quatro anos, na educação infantil, ou aos 18, no ensino superior. Apenas 57,6% das crianças entre quatro e seis anos estão matriculadas na pré-escola, segundo a Unicef. Embora não seja obrigatória, a educação infantil proporciona melhor rendimento nos primeiros anos do ensino fundamental, diminuindo índices de repetência e evasão.

Quando comparados aos dos países vizinhos, nossos números envergonham. Só 32% dos jovens brasileiros com idade entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Segundo a Unesco, esse índice é de 50% na Colômbia em guerra civil, e de 55% no Chile, alcançando 80% na Europa. Nas instituições de educação superior, estão matriculados apenas



Professor Oliveira

Fotos: Daniel Garcia

O  
Saeb  
de 1999 revelou que só  
42% dos alunos da rede  
apreenderam razoavelmente  
conteúdos de português

11% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos. Na Argentina, o índice é de 42%, no Chile, 31% e na Bolívia, 24%.

O governo brasileiro priorizou, nos últimos anos, o ensino fundamental, principalmente por meio de ações como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os esforços resultaram num índice expressivo: segundo o IBGE, 95,7% das crianças entre sete e 15 anos estão matriculadas

no ensino fundamental.

Isso não quer dizer, contudo, que o problema da educação fundamental foi resolvido. “Algumas pessoas dizem que não há mais necessidade de construção de escolas no Brasil.

Claro, se eu trazer as crianças da zona leste, em São Paulo, para a zona norte.

E as da zona sul para a zona oeste”, exemplifica Lisete

Arelaro, professora da Faculdade de Educação da USP (Feusp). “Falta vaga para os lugares que cresceram e, evidentemente, para a população pobre, muito pobre”.

É necessário pensar, também, na qualidade desse ensino. Exames feitos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1999, mostram que apenas 10% dos alunos de 4ª série aprenderam matemática satisfatoriamente. E que somente 42% dos estudantes da rede pública apreenderam razoavelmente conteúdos de português.

“É preciso discutir qualidade. Ninguém pergunta que instrumentos uma escola pública



Professores Minto e Camargo

oferece para permitir que um indivíduo tenha condições efetivas de liberdade de pensamento, condições que lhe permitam enfrentar a vida e também ter acesso a um patamar cultural da ciência”, afirma a professora Arelaro. Onde está o problema? “A qualidade de ensino está determinada pela falta de recursos, pela falta de formação dos educadores e pela ausência do Estado no provimento das condições necessárias”, diz o professor César Minto, também da Feusp.

“Há uma falta crônica de recursos para atender todos os déficits educacionais. Porque não é só colocar a criança na escola, você tem a questão da permanência dessa criança e o fato de ela estar aprendendo enquanto está lá dentro”, argumenta Rubens Barbosa de Camargo, professor da Feusp.

“Nunca se teve um investimento adequado em todos os níveis de

*“Precisamos de uma política substantiva de elevação da escolaridade e de formação profissional agregada”, diz a professora*

*Kruppa*

ensino. Dizemos que há uma necessidade de colocar um patamar próximo de 10% do PIB nacional durante um bom tempo para sanar esses déficits. E, depois que você tivesse as crianças aprendendo, percorrendo todos os níveis, você poderia ter um investimento menor em educação”, completa o professor. A falta de recursos faz com que escolas deixem de ser construídas, e o número de alunos em sala de aula aumente, chegando à média de 36 alunos no Estado. Nos países desenvolvidos, a média é de 16 alunos por professor.

E o que fazer com a população que não fez seus estudos na idade certa? E com aqueles que começaram, mas pararam no meio? Afinal, 30% dos brasileiros com mais de 15 anos são *analfabetos funcionais*, ou seja, têm menos de quatro anos de escolaridade.

Para esses, a cada dia há menos aulas presenciais. Surge uma solução barata: as tele-salas. No lugar dos professores, um orientador de sala. No lugar da lousa, a televisão. “Ao invés de sala, professor, material didático, você tem uma tele-sala. As pessoas só têm essa alternativa: assista à televisão, faça o exame”, critica o professor Camargo. A professora Sônia Kruppa, da Feusp, diz que essa é uma política de disfarce do analfabetismo.

“Você não tem uma política que seja realmente de resolução do problema. É uma forma de resolver, mas com baixa qualidade”, diz.

Por outro lado, esses jovens e adultos precisam trabalhar e vêm na volta aos estudos uma solução. “O governo coloca nas mãos do cidadão a culpa por não ter emprego, pois fala que é preciso ter escolaridade. Que com mais estudo, há maior possibilidade de emprego”, diz a professora Kruppa. “Por um lado, você não tem uma política de geração de trabalho e renda. Por outro lado, você coloca a culpa no indivíduo. Daí, o governo oferta pequenos cursos profissionalizantes, todos pulverizados. O sujeito faz um esforço enorme para aprender e tem a sensação

de que está se esforçando e que vai conseguir. Mas, na verdade, também não resolve”, acrescenta ela.

Há necessidade de uma política integrada, uma ação conjunta entre educação e trabalho, segundo a professora. “Precisamos discutir os recursos que temos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os recursos do Tesouro que vão ao MEC. Temos de juntar esses recursos e ter uma política consistente de formação. Precisamos de uma política substantiva de elevação de escolaridade e de formação profissional agregada”.

Um sintoma agudo das enfermidades que acometem a educação no Brasil é a proliferação de faculdades e universidades privadas, muitas das quais abertas nos últimos anos. “A educação, principalmente a educação superior, tornou-se o ramo mais lucrativo dos novos negócios”, declara o professor Oliveira. Um negócio em que a qualidade conta pouco. O MEC tornou-se o fiador dessas empresas, deixando a cargo delas a expansão do ensino superior no país, e limitou-se a realizar o Provão, avaliação anual dos alunos, como uma espécie de termômetro da qualidade nas instituições públicas e privadas.

Contudo, o que avaliações desse tipo (não só o Provão, mas igualmente o Enem e o Saeb) fazem é medir um conhecimento em um determinado momento. “Não é uma avaliação do processo. Você tem um sistema fragmentado de avaliação que serve, quando

## “QUEM NÃO SABE LER TEM DIREITO À ESCOLA, NÃO A ESMOLA”

Vinte milhões de brasileiros não sabem escrever seu nome nem ler um simples *outdoor*. Eles são 13,8% da população brasileira: o segundo maior percentual de analfabetismo da América do Sul. Perdemos apenas para a Bolívia, onde 14,4% da população não sabem ler nem escrever. São mais analfabetos no Brasil do que australianos na Austrália.

Mas o governo brasileiro está satisfeito: afinal, a taxa de analfabetismo caiu de 16% em 1994, para 13,8% em 2000, segundo o IBGE. “A gente ia erradicar o analfabetismo. Mas não foi isso que aconteceu”, lembra Sônia Kruppa, professora da Feusp. Era essa a meta no começo dos anos 90: nenhum brasileiro analfabeto. Mas de nada serve uma meta, se há pouco investimento.

O maior projeto do governo atual, para combater o problema, é o “Alfabetização Solidária”. Criado em 1997, ele opera em parceria com empresas e sociedade. O programa não é ligado ao MEC, está nas mãos da primeira-dama. “O Alfabetização Solidária não é uma política efetiva de ataque ao problema”, comenta a professora Kruppa. “Tem de haver um projeto substantivo de educação de jovens e adultos.

muito, para ranqueamento”, comenta

o professor Minto, numa referência à classificação dos diferentes cursos emitida pelo MEC após a apuração dos resultados do Provão.

Assim, se a educação é realmente o lugar onde se joga a capacidade de uma sociedade autolibertar-se, há algo de muito errado no reino de Paulo Renato de Souza. “A educação pode ser e está sendo o lugar do

Você não pode ter um problema que saiu do Ministério da Educação e foi para a mão da primeira dama, de uma maneira que o torna uma política assistencialista, não uma política pública de direito”, protesta ela.

Sérgio Haddad, professor da PUC-SP, concorda com a colega da Feusp. “Hoje, a educação de jovens e adultos é tratada como filantropia, não como direito à educação para todos. Não é ser adotado, como pede a campanha ‘Adote um analfabeto’. Quem não sabe ler tem direito a ter escola, não a ter esmola”, conclui o professor Haddad.

silêncio dos inocentes. É preciso ter cuidado para não estarmos condenados para sempre”, alerta o professor Oliveira.